

Salários e custo da vida

16-XII-945

I I

Procurámos demonstrar, no nosso último artigo, que um aumento de salário não implica necessariamente um agravamento correspondente do custo da produção. Demos agora um passo mais, afirmando haver maneira de aumentar os salários sem agravar o custo da produção.

Não sendo, com efeito, a verba «salários» a única a entrar nos cálculos do custo da produção, e não sendo até, em muitos casos, a mais importante, se diminuirmos outras verbas, poderemos chegar a um resultado final plenamente satisfatório. Bastará, para isso, influir quer no aperfeiçoamento da aparelhagem, quer na organização dos serviços administrativos, quer ainda na preparação técnica do pessoal ou na sua maior resistência ao trabalho.

Costuma justificar-se o baixo nível dos salários com o pouco rendimento económico do trabalho. Mas não se cuida de saber quais as causas de tal fenómeno, para se ajudar se os dirigentes da economia não podem, não sabem ou não querem tirar do trabalho maior rendimento.

Rendê pouco o trabalho? Por incapacidade intelectual ou física do povo português, ou por incapacidade moral e técnica dos nossos industriais? Culpa do «trabalho» ou culpa do «capital»?

Na maioria dos casos, existe nos nossos industriais uma evidente falta de preparação técnica para bem desempenhar o lugar que ocupam na direcção da economia. E além da falta de preparação, podemos acrescentar também falta de competência moral. Para demonstrar a primeira parte desta afirmação, basta examinar o processo antiquado de produção na quasi totalidade das nossas fábricas. Aparelhagem velha, mau aproveitamento de matérias primas, perda de sub-productos, péssima divisão de trabalho, aprendizagem rudimentar, carencia absoluta de selecção do pessoal, sobretudo dos chefes, ausência de disciplina racional e de ambiente moral, numa palavra, produção a toa e ao acaso. A veracidade da segunda parte da afirmação, isto é, falta de competência moral, demonstra-a a finalidade com que se dirige, por via de regra, a nossa indústria, que é a exclusiva busca do lucro. O nosso bom industrial apenas se preocupa com os ganhos em dinheiro. Desde que «aquilo» dê, e enquanto vai dando, não vale a pena realizar sacrificios! E assim, o dinheiro acumulado vai sendo investido em valores de luxo ou de mero rendimento — como a compra de quintas e prédios urbanos nas grandes cidades — em vez de ser aplicado no aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, para o tornar mais produtivo, poder assim aumentar os salários, elevar o nível de vida dos seus colaboradores, e tornar a nação suficientemente apetrechada para não succumbir amanhã na concorrência industrial. Preocupação do bem comum não existe.

E o mesmo se pode dizer de tudo o mais. Onde estão os industriais que se têm preocupado com o gravíssimo problema da orientação profissional dos seus operários? E com uma aprendizagem racional, científica do trabalho? E com a hygiene e sanidade dos locais de trabalho? E com a robustez física dos seus operários?

Estamos, portanto, com enormes possibilidades de poder melhorar as condições de vida dos trabalhadores, sem aumentar o custo da produção. Melhorando, com efeito, a aparelhagem industrial, organizando cientificamente a indústria, preparando cuidadosamente o trabalho especializado, veremos o custo da produção descer e os lucros aumentar. E já não poderemos continuar a dizer que os baixos salários são apenas devidos ao baixo rendimento do trabalho, mas seremos forçados a admitir que são devidos sobretudo a erros antigos contra os quais ainda não houve a audácia de romper.

Estamos convencidos de que existem possibilidades enormes de melhoria das condições de trabalho, sem que isso implique penhum agravamento no custo de produção, desde que, para isso, se tomem as necessárias medidas.

Um passo enorme neste caminho vai ser dado com a electrificação do país. Obtendo força motriz abundante e barata, enorme riqueza se poderá produzir em melhores condições económicas. Mas é necessário vencer a indústria de que os benefícios de semelhante riqueza não de reverter em proveito da Nação e não apenas dos industriais. Enquanto o trabalho, tanto intelectual como manual, não estiver devidamente remunerado, toda a politica social deveria orientar-se no sentido de não consentir no investimento dos lucros da produção noutros bens que não sejam a própria industria e o seu conveniente apetrechamento. De contrario, não sairemos nunca da «cepa torta».

Outras razões militam ainda em favor da nossa tese. O aumento de salários pode ser também compensado com o aumento da produção do trabalho, mesmo sem as melhorias acima apontadas. Por exemplo, com

o interesse e a capacidade física do trabalhador.

Um operario mal alimentado, com fraca resistencia fisica, e ainda por cima depauperado, não pode ganhar amor ao trabalho nem trabalhar com igual rendimento nas primeiras e nas ultimas horas do labor. A experiencia tem sido feita de se verificar um aumento de produção fartamente compensador em seguimento a uma melhoria das condições de trabalho. Não só a alimentação melhorou, e com ela a força do trabalho, mas também, sentindo-se mais compreendido e recompensado, ganhou amor e dedicação ao trabalho. Se nem sempre tais resultados obtêm, é porque o operário sente, na maioria das vezes, que as suas melhores condições de trabalho foram obtidas contra a vontade do industrial. E basta este sentimento para inutilizar tudo o mais. Lidamos com homens. O grande erro do liberalismo foi de julgar que lidava com máquinas, como o grande erro do totalitarismo de varios matizes está em supor que lidam com meios-homens ou homens diminuidos, que não atingiram ainda as capacidades e os direitos da pessoa humana. Não fazemos «blague», porque se trata de de uma doutrina muito em honra em certos meios intelectuais seduzidos pela fascinação das «élites».

de que existem muitos processos de evitar o aumento do custo da vida sempre que se torne necessário aumentar os salários.

Aliás, isto de custo da vida, fixação de preços e custo da produção é

um que merece ser discutido, uma vez que, por virtude de certos principios economicos mal definidos, mal estudados e mais mal digeridos ainda, se oriamam fartos preconceitos altamente prejudiciais ao bem comum. Num proximo artigo tentaremos discutir o problema.

ABEL VARZIM

Q
de
C
OS
N
fisc
pud.
ses
que
viduos
que tr

FOR
DES
ES
Todos
rese

fre
da
es
de
to
se;
Co
Me
Re
sit
to